



FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO: TURISMO

**O VALOR SIMBÓLICO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE
BRASÍLIA PARA O SEU VISITANTE**

LUCIANA VITORINO
RA 2032214-3

PROF. ORIENTADOR: ANNA MARIA FELIPIN RIGOBELLO

Brasília/DF, novembro de 2006.

LUCIANA VITORINO

**O VALOR SIMBÓLICO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE
BRASÍLIA PARA O SEU VISITANTE**

Monografia apresentada como um dos
requisitos para conclusão do curso de
Turismo do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Prof(a). Orientador(a): Anna Maria
Felipin Rigobello

Brasília/DF, novembro de 2006.

LUCIANA VITORINO

O VALOR SIMBÓLICO DA CATEDRAL METROPOLITANA DE BRASÍLIA PARA O
SEU VISITANTE

Monografia apresentada como um dos
requisitos para conclusão do curso de
Turismo do UniCEUB – Centro
Universitário de Brasília.

Prof(a). Orientador(a): Anna Maria
Felipin Rigobello

Banca examinadora

Prof(a). Anna Maria Felipin Rigobello
Orientador(a)

Prof(a).
Examinador(a)

Prof(a).
Examinador(a)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, por sempre terem apoiado as minhas decisões (amo vocês!), aos meus irmãos (Leandro e Walderci), por terem me socorrido quando precisei e minha sobrinha Maria Eduarda, que me deu tanto carinho. Dedico também ao meu namorado, Alessandro, por ser um anjo que Deus colocou no meu caminho. E a todos os meus amigos que compreenderam o motivo da minha ausência.

AGRADECIMENTO

Primeiramente agradeço à Deus, pois sem Ele nada disso seria possível. Agradeço ao coordenador do curso de turismo, professor Carlos José, por sempre estar disposto a nos ajudar. À minha orientadora, Anna Maria, pela disponibilidade e paciência. Às minhas amigas da graduação que mesmo depois de tudo que passamos juntas, conseguimos vencer e passar para uma nova etapa nas nossas vidas. Enfim, à todos aqueles que, de uma certa forma, contribuíram para realização deste trabalho.

EPIGRAFE

“Deste planalto central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”.

(Presidente Juscelino Kubitschek – 02 de Outubro de 1956).

RESUMO

Esse trabalho objetivou analisar o valor simbólico da Catedral Metropolitana de Brasília para o seu visitante, bem como mostrar que os patrimônios podem propiciar o aumento do turismo no local. O objeto de estudo foi escolhido por ser considerado um dos patrimônios mais importantes da cidade. Assim, como o patrimônio está inserido no turismo cultural, será mostrado o significado que o bem representa e transmite aos visitantes. Além disso, apresentar-se-á um breve histórico da construção de Brasília, bem como a importância da Catedral Metropolitana de Brasília para o Turismo local. Por outro lado, será enfatizada a questão da importância da preservação do patrimônio. Para melhor compreensão desse trabalho, realizou-se entrevistas, questionando sobre o quê os turistas conhecem à respeito de patrimônio e o que a Catedral representa pra eles. Utilizou-se também pesquisas bibliográficas sobre os conceitos e definições de patrimônio, turismo e valor simbólico. Dentre os resultados alcançados, a Catedral Metropolitana de Brasília foi apontada como um dos principais atrativos turísticos da cidade, além de representar o Brasil no exterior. Assim, os resultados mostram que os visitantes classificaram a Catedral como símbolo de fé, tranquilidade, paz, religiosidade e espiritualidade.

Palavras-chave: Patrimônio, Valor simbólico, Catedral Metropolitana de Brasília.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRC&V – Brasília e Região Convention & Visitors Bureau

ICOMOS – International Concil on Monuments and Sites

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SEC/DF – Secretaria de Estado de Cultura do DF

SETUR/DF – Secretaria de Estado de Turismo do DF

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO – Nation Educational Scientific and Cultural Organization (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I.....	12
1.1 Cultura.....	12
1.2 Patrimônio.....	13
1.3 Tombamento.....	15
1.4 Patrimônio Cultural.....	17
1.4.1 Valor Simbólico.....	18
1.5 Turismo.....	20
1.6 Turismo Cultural.....	21
CAPÍTULO II.....	23
2.1 Histórico de Brasília.....	23
2.2 História da Catedral Metropolitana de Brasília.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	30

INTRODUÇÃO

Brasília é uma cidade totalmente construída com idéias modernistas. Oscar Niemeyer projetou monumentos marcantes com base no plano urbanístico de Lúcio Costa, fazendo com que a cidade seja um marco mundial na arquitetura. Além disso, foi o primeiro núcleo urbano construído no século XX, considerado digno de ser incluído na lista de bens de valor universal, recebendo o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1987, pela UNESCO (SETUR/DF, 2006).

Dessa forma, o turismo pode aproveitar-se de todo esse diferencial urbanístico, arquitetônico e artístico que a capital possui e desenvolver um grande destino turístico (SETUR/DF, 2006).

Em meados de 1957, durante a construção de Brasília, a cidade já recebia pessoas de praticamente todas as regiões do país em busca de emprego e melhores condições de vida. Além disso, traziam consigo as culturas e costumes próprios de suas localidades (KUBITSCHKE, 1975). Assim, o patrimônio histórico existente em todo o Distrito Federal é resultado dessa ampla diversidade cultural, que vai desde as festas populares, gastronomia até museus e shows culturais, dentre outros.

Tendo em vista esses diversos patrimônios existentes em Brasília e o problema de preservação dos mesmos, verificou-se a necessidade do presente estudo. No entanto, para que haja a preservação desses monumentos faz-se necessário o tombamento. Mesmo o monumento estando tombado é possível a restauração do mesmo, e devido às péssimas condições que se encontra a Catedral, que é considerada um dos principais pontos turísticos da cidade, a Petrobrás juntamente com a Arquidiocese de Brasília assinou um convênio no dia 12 de outubro de 2006 com a finalidade de restaurar o patrimônio (RODRIGUES, 2006).

No tocante à restauração, esta é relevante, devido ao grande número de visitantes e turistas que o local recebe. Além disso, se as pessoas vão até lá é porque o local tem importância para elas.

Diante do exposto, surgiu o seguinte questionamento: **Qual é o valor simbólico da Catedral Metropolitana de Brasília para o seu visitante?**

Contudo, o objetivo desse estudo é analisar o valor simbólico da Catedral Metropolitana de Brasília para o seu visitante, sendo que para isso serão identificados alguns conceitos de cultura, patrimônio e turismo, além de valor

simbólico. Será necessário também, levantar o histórico da Catedral Metropolitana de Brasília bem como identificar a percepção/interpretação do visitante em relação à esta.

No entanto, para que se tenha o turismo cultural, é necessário que haja a preservação desse patrimônio. No dia 12 de outubro de 2006, através de um convênio firmado entre a Arquidiocese de Brasília e a Petrobrás, será iniciada a restauração da Catedral (RODRIGUES, 2006).

Para o desenvolvimento deste trabalho será utilizado um referencial teórico adequado as etapas da pesquisa, portanto, durante todo o processo de trabalho serão apresentados os elementos metodológicos adotados.

Marconi e Lakatos (1992, p. 43) afirmam que

“A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais, ou seja, é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos”.

Compreende-se então que toda pesquisa requer o levantamento de dados.

Vergara afirma que “método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento”. (2003, p. 12). Assim, sendo o método um modo a seguir, neste estudo será aplicado o método de abordagem indutivo, que segundo Marconi e Lakatos “é o método cuja aproximação dos fenômenos caminha geralmente para planos cada vez mais abrangentes, indo das constatações mais particulares às leis e teorias” (1992, p. 106).

Neste âmbito, verifica-se que o projeto de pesquisa é exploratório, tendo em vista que Schlüter menciona que “sua principal função consiste em descobrir novas idéias e novas perspectivas, e que os estudos exploratórios são suficientemente flexíveis para permitir considerar os mais variados aspectos do problema de pesquisa” (2003, p. 72).

Para alcançar os objetivos deste estudo, será necessário o uso da pesquisa qualitativa, por ser a mais adequada às ciências sociais, uma vez que pretende-se analisar a importância da catedral como ponto turístico para seus visitantes. Nesse âmbito, Minayo (1999) afirma que a pesquisa qualitativa deve se preocupar nas ciências sociais com realidades não quantificáveis.

Quanto ao método de procedimento, está classificado como um estudo de caso que, para Vergara “é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. E pode ou não ser realizado no campo” (2003, p. 49). Sendo assim, tem-se que este estudo limita-se a um produto turístico, onde o objeto de estudo é a Catedral Metropolitana de Brasília.

No presente estudo, a pesquisa se classifica como bibliográfica, pois baseando-se nas informações de Marconi e Lakatos tem-se que esse tipo de pesquisa “trata-se de levantamento de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita” (1992, p. 43).

Já a estrutura do trabalho será dividida em capítulos, onde, no capítulo I são abordadas algumas definições de cultura, patrimônio, patrimônio cultural, valor simbólico, turismo e turismo cultural, além de apresentar a importância que o tombamento representa para o bem.

Já no capítulo II é apresentado o histórico de Brasília, relatando-se desde a decisão de trazer a capital para o interior do país até a conclusão das obras da cidade. Além disso, evidencia-se também o início da Catedral, a sua inauguração e o que ela de fato representa para o seu visitante.

E nas considerações finais o autor apresenta sugestões de preservação, segurança e informações turísticas.

CAPÍTULO I

1.1 Cultura

Segundo Santos (1994) a palavra cultura é de origem latina e vem do verbo *colere*, que significa cultivar, ou seja, está relacionada à agricultura. Para o mesmo autor, há duas concepções básicas para definir o que é cultura: a primeira diz respeito à existência social e a segunda se refere mais especificamente às idéias e crenças.

Sendo assim, “cultura é a construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas” (SANTOS, 1994, p. 45).

Entende-se que cultura é algo adquirido no decorrer dos tempos, e que o indivíduo não nasce com a cultura, porém a conquista na medida em que se desenvolve fisicamente e mentalmente. A cultura não diz respeito apenas à arte ou religião do indivíduo, mas à todos os aspectos da sua vida social.

Segundo Titiev (1979) a noção de cultura tem raízes profundas na idéia de um mundo ocidental, de união de espaços alinhados sobre iguais valores, na própria idéia de humanidade. No entanto, vale ressaltar que apesar do termo cultura ter seus conceitos definidos mais recentemente, os primeiros sinais definitivos de cultura humana se baseiam nas descobertas de objetos de pedra, denominando assim a primeira fase da cultura humana de paleolítico, ou antiga idade da pedra.

Durante grande parte da idade média, o conhecimento e a relação do espírito se confundiram com a idéia de revelação divina, assim, culto e cultura perdem o sentido figurado, constituindo mais as ações relativas à adoração ou ao trabalho estritamente agrícola (GOMES, 1999).

Ainda com base na relação entre cultura e conhecimento, Santos (1983, p. 41) enfatiza que:

Essa dimensão é a do conhecimento num sentido muito ampliado, é todo conhecimento que uma sociedade tem sobre si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre a própria existência. Cultura inclui ainda as maneiras como esse conhecimento é expresso por uma sociedade, como é o caso de sua arte, religião esporte e jogos, tecnologia, ciência e política.

Ao longo do tempo através de debates, o termo cultura ganhou espaço. Essas discussões colocavam diretamente em confronto o termo cultura com a idéia de natureza. Assim cultura passa a ser concebida como um conjunto de elementos do mundo humano civilizado e, ambivalentemente, pode ser utilizada para falar de um conjunto de práticas, valores e hábitos de uma população ou qualificar atributos relativos à instrução e aos conhecimentos detidos por alguém (GOMES, 1999).

Através de todos esses conceitos de cultura, deu-se origem ao que entendemos hoje por patrimônio. A seguir, serão apontados alguns conceitos e utilidades do patrimônio em uma comunidade.

1.2 Patrimônio

Durante muito tempo utilizou-se o termo monumento, ao invés patrimônio. Hoje esse termo não é mais usado, principalmente por ao mesmo tempo limitar os bens patrimoniais a edifícios arquitetônicos, e em contrapartida promover um sentido amplo do que venha a ser realmente passível de restauração. Camargo (2002, p. 24) afirma que monumento “são edificações, ou construções que pretendem perpetuar a memória de um fato, de uma pessoa, de um povo”. E confirmando essa idéia, o mesmo autor diz que a palavra monumento é de origem latina e sua raiz quer dizer momento ou lembrança.

Barreto (2002) aponta que o patrimônio pode ser classificado em duas grandes divisões: Natureza e Cultura. Patrimônio Natural se refere às riquezas que estão no solo e no subsolo, tanto as florestas quanto as jazidas. Com relação ao Patrimônio Cultural, esse conceito vem sendo ampliado à medida que se revisa o conceito de cultura.

Originalmente a palavra patrimônio esteve relacionada à herança familiar, mais diretamente aos bens materiais. Por possuir vários significados, a definição de patrimônio é muito ampla, porém o conceito mais comum se caracteriza pelo “conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, portanto, pertencentes a todos os cidadãos” (BARBOSA, 2001, p. 69).

Assim, Camargo (2002, p. 96) diz que “patrimônio cultural resulta da seleção de alguns elementos, enquanto outros seriam passíveis de esquecimento e destruição”. Ele afirma também que o “patrimônio cultural só pode ser entendido

como um conjunto de símbolos. E esses símbolos precisam ser desconstruídos e interpretados para melhor entendimento do seu significado” (APÊNDICE A).

Segundo a mesma fonte (2002), no século XVIII, durante a Revolução Francesa, o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações, e assim, o uso da palavra patrimônio estendeu-se para os bens advindos da monarquia e clero para o estado novo francês, protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação.

Para tanto, Fonseca (1999, p. 15) diz que as noções do que venham a ser monumento, patrimônio e o ato de preservar foram formulados, ou seja, “começam a ser elaborados a partir do momento em que surge a idéia de estudar e conservar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte”.

Segundo Lemos, a preparação do primeiro projeto de lei destinado a garantir a integridade do patrimônio foi elaborado pelo deputado Luiz Cedro em 1923, denominado Inspetoria dos Monumentos dos Estados Unidos do Brasil e que tinha como principal objetivo “conservar os imóveis públicos ou particulares, que no ponto de vista da história ou da arte revistam um interesse nacional” (1987, p. 37).

Camargo (2002) afirma que, finalmente em 1933, o país reconhece a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional. Porém, tal ato não se caracterizou como uma preservação de “toda” a cidade, mas sim, como uma intenção de se proteger construções cada uma por si, e por coincidência acabaram estendendo-se por toda a cidade (LEMONS, 1987). Lemos (1987) informa também que, somente em 1936 é que realmente o país ganha um projeto mais específico, de autoria do escritor Mário de Andrade vindo a tornar-se lei mediante algumas adaptações em 1937.

Ao final dos anos de 1930, cria-se um organismo federal de proteção ao patrimônio, e foi confiado aos intelectuais brasileiros ligados ao movimento modernista. A criação da Instituição obedece a um princípio normativo, que define patrimônio cultural a partir de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. A Constituição também estabelece que cabe ao poder público, com o apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país (IPHAN, 2006).

Para falar de preservação, se faz necessário entender o que é preservar, e segundo Lemos (1987, p. 29):

Preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente aquelas sabidamente condenadas ao desaparecimento decorrente da especulação imobiliária. Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do patrimônio cultural.

Pires (2001, p. 5) completa a afirmação anterior dizendo que “preservação é uma intervenção legal no bem histórico”, podendo ser considerada sinônimo de tombamento.

Visando a contribuição para as políticas públicas de desenvolvimento humano, o Brasil tem sido membro da UNESCO – *United Nation Educational Scientific and Cultural Organization* (Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas) desde 1946. A Organização é associada a uma gama de iniciativas nacionais para contribuir com o combate à pobreza, com a construção de uma cultura de paz e não-violência, com a exclusão social, com a capacitação de professores e profissionais de várias áreas, com a proteção e preservação de patrimônios históricos, naturais e intangíveis, e com contribuições para o desenvolvimento sustentável, científico e tecnológico (UNESCO, 2006).

1.3 Tombamento

A UNESCO percebendo ameaças de destruições causadas tanto pela deteriorização natural como por questões e fenômenos sociais – dentre estes estariam os problemas causados pelo turismo – encontrou na implantação do tombamento a medida para amenizar o problema. Deste modo, o bem é registrado em um livro chamado “Tombo” que garante que a preservação dele e de tudo o que esteja ao seu redor em um raio de trezentos metros, relativo aos seus aspectos externos, não poderão ser demolidos ou modificados (BARRETO, 2002).

Para a mesma autora, o tombamento é um ato administrativo e pode ser realizado pela União, através do Iphan, pelo governo estadual, através da Secretaria

de Estado da Cultura ou pelas administrações municipais que dispuserem de leis específicas com o objetivo de preservar, por meio de aplicação da lei, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O tombamento também pode ocorrer em escala mundial, reconhecendo algo como Patrimônio da Humanidade, o que é feito pelo *International Council on Monuments and Sites/UNESCO* (ICOMOS/UNESCO).

Foi o que aconteceu com a cidade de Brasília, no ano de 1987, foi declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, objetivando assim, a proteção e preservação desse patrimônio cultural brasileiro (SETUR/DF, 2006).

Comprovando a afirmação anterior, a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (2006) ressalta que:

Tombamento e registro são instrumentos legais de preservação e proteção dos bens patrimoniais de natureza material e imaterial, aplicados pelo poder público. Podem ser feitos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Nesse sentido, o tombamento não tem por objetivo “congelar” a cidade ou outro bem. Tombar não significa apenas cristalizar edifícios ou áreas, sem considerar toda e qualquer obra que venha contribuir para a melhoria da vida na cidade, ao contrário, visa resguardar e garantir direitos e interesses do conjunto da sociedade através não somente da preservação, mas também da revitalização dos edifícios, bairros e cidades inteiras (BARRETO, 2002).

No caso da Catedral Metropolitana de Brasília (APÊNDICE B), devido ao grande número de visitantes e turistas que o local recebe, o tombamento se faz necessário para que haja preservação.

Afirma Fonseca (1997) que no Brasil, o tombamento surgiu como uma realidade para o compromisso entre o direito individual do cidadão à propriedade e a necessidade de defesa do interesse público quanto à preservação de valores culturais. Na época da constituição de 1934, a prioridade de tombamento era auferida aos remanescentes da arte colonial brasileira, e aos bens de arquitetura religiosa, que constituem hoje a grande maioria dos bens tombados. As solicitações dos pedidos de tombamento apoiavam-se no Decreto-lei nº 25 (ANEXO A), que organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, e já tinham como argumento o potencial turístico do bem e seu valor afetivo para a comunidade.

Segundo informa a Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal (2006), a Catedral Metropolitana de Brasília foi tombada em 01 de Junho de 1967 pelo SPHAN, no intuito de resguardar legalmente toda e qualquer destruição ou descaracterização que pudesse vir a sofrer.

1.4 Patrimônio Cultural

O ser humano é resultado do meio em que vive, e da cultura que desenvolve. Referindo-se a esse processo de aprendizagem, pode-se dizer que:

O homem é o resultado do meio cultural em foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 1997, p. 46).

Não obstante, o patrimônio cultural de uma sociedade não se compõe apenas dos bens materiais produzidos pela mesma, mas também e principalmente pelos significados e valores que esse bem carrega consigo ao longo da história. Assim, pode-se dizer que:

O patrimônio cultural de uma comunidade não está representado apenas pelos bens materiais, tudo o que tem valor significativo, que é susceptível de ser adquirido e transmitido, forma o conjunto de bens culturais que devem ser preservados por representarem referenciais importantes para a coletividade (SANTOS, 2001, p. 111).

Tem-se que para cada sociedade o patrimônio tem um valor diferente, pois o seu significado não é o mesmo para todas as comunidades. Sendo assim, neste trabalho será abordado o significado da Catedral para o seu visitante.

A idéia que Martins (2003, p. 59) tem do turismo é que “ele pode ajudar a dinamizar esse patrimônio, ou parte dele, como também pode contribuir para sua descaracterização e, até mesmo, destruição”. Porém, têm-se que o turismo tanto pode auxiliar como também atrapalhar na preservação do patrimônio, sendo que é relevante a execução de um bom planejamento para que a visita não corrompa tal patrimônio.

O mesmo autor (2003, p. 59) afirma ainda que:

O patrimônio cultural associa materialidade e significados simbólicos. Esses significados são a carga de afetividade, de conflito, de tensão, de emoção presentes em monumentos, objetos, edificações, celebrações, saberes e manifestações que verdadeiramente importam e definem o patrimônio cultural.

Nesse sentido, entende-se que o patrimônio cultural se expressa através desses artefatos, festas e edificações.

1.4.1 Valor Simbólico

No patrimônio cultural, além do bem material, existe também o bem imaterial, que a UNESCO define como as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, além de instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados (IPHAN, 2006).

Para a mesma fonte o Patrimônio Imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2006).

Segundo as autoras Freire e Pereira (2002, p. 13),

interpretar o patrimônio é o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações e representações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar.

No entanto, considera-se também que através da interpretação o visitante pode promover a preservação e conseqüentemente a proteção no local visitado. Assim, Murta e Goodey (2005, p. 14) afirmam que “a interpretação é elemento essencial à preservação e gestão do patrimônio, uma vez que orienta o fluxo de visitantes visando a proteção do objeto da visita”.

Choay (2001) apresenta quatro tipos de valores: o nacional, o cognitivo, o econômico e o artístico. Porém, devido a sua importância neste estudo, o valor nacional será o melhor discutido.

Segundo a mesma autora (2001, p. 116-117), “o valor nacional é o primeiro e fundamental. Na França revolucionária, foi o valor nacional que legitimou todos os

outros, dos quais é indissociável, e a cujo conjunto hierarquizado ele comunica seu poder afetivo”.

A mesma fonte (2001) informa ainda que, a palavra valorização ao invés de nos tranquilizar, provoca uma inquietude devido à sua ambigüidade, pois remete a valores do patrimônio que é preciso fazer reconhecer. Contém, igualmente, a noção de mais-valia. É verdade que se trata de mais-valia de interesse, de encanto, de beleza, mas também de capacidade de atrair, cujas conotações econômicas nem são preciso salientar (CHOAY, 2001). Sendo assim, a partir do momento que a pessoa passa a se interessar por esse patrimônio, conseqüentemente passa a cuidar.

Para Camargo (2002, p. 30):

O valor simbólico que atribuímos aos objetos ou artefatos é decorrente da importância que lhes atribui a memória coletiva. E é esta memória que nos impele a desvendar o seu significado histórico-social, refazendo o passado em relação ao presente, e a inventar o patrimônio dentro de limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento.

Percebe-se que valor está próximo do sentido de interpretação, pois ambos são interferidos pelo significado que o objeto ou lugar representa para o indivíduo. Assim, mais que informar, “interpretar é revelar significados, é provocar emoções, é estimular a curiosidade, é entreter e inspirar novas atitudes no visitante, é proporcionar uma experiência inesquecível com qualidade” (MURTA e GOODEY, 2002, p. 14).

Porém, para Farias (2002, p. 65) essa questão da interpretação do patrimônio esta mais voltada para a comunidade local, ou seja,

A interpretação do patrimônio, aqui defendida, advém, da valorização e da preservação, reconhecendo a comunidade como produtora do conhecimento, dos atrativos oriundos da significação cultural, protagonista na reinvenção do cotidiano, respeitando-se o imaginário, as crenças, as etnias, os arquétipos, o tempo e o lugar.

Assim, entende-se também que ao visitar a Catedral logo as pessoas formulam algum significado ou valor que o local pode representar, e com isso, o visitante da Catedral tem condições de perceber o valor que o local dispõe.

1.5 Turismo

Oliveira (2000, p. 15) relata que “a palavra *tour* quer dizer volta e tem seu equivalente *turn*, no inglês, do latim *tornare*. E as palavras *tourism* e *tourist*, ambas de origem inglesa, aparecem documentadas em 1760”. Com essas informações, acredita-se que a palavra turismo tem um sentido amplo, além de ser antiga.

Camargo (2002, p. 15) considera que “turismo é a modalidade dos deslocamentos e retornos ao domicílio original, das viagens de lazer, do tempo de não trabalho”. Entende-se assim que turismo é uma maneira de sair com a intenção de retornar à sua residência.

Para o mesmo autor (2002, p. 57) “a expansão da industrialização foi fundamental para o crescimento do turismo, como o uso de locomotivas e navios a vapor, além do telégrafo elétrico”. Compreende-se que através da industrialização, aumentou-se o desenvolvimento do turismo.

Para confirmar tal questão, Rodrigues (2003, p. 15) diz que a atividade turística “é produto da sociedade capitalista industrial e se desenvolveu sob o impulso de motivações diversas, que incluem o consumo de bens culturais”.

Dentre as razões pelas quais levam uma pessoa viajar, pode-se destacar os atrativos culturais e naturais, pois “quem viaja não quer fazer apenas uma coisa, porém várias, quantas lhe propiciem o tempo disponível e as facilidades. Tanto mais isso é verdade quanto mais o mundo de hoje valoriza o lazer” (PIRES, 2001, p. 66).

As viagens são feitas por diversos motivos, pois as pessoas não viajam somente para divertir ou descansar, mas também à negócios ou estudos. Para confirmar essa idéia, Andrade (2002, p. 18) informa que “o fenômeno turismo, em sua concepção ideal pura, é um deslocamento realizado por prazer a locais que despertam algum tipo de interesse objetivo ou subjetivo”.

Para Santos (2001) o turismo baseia-se na procura pelo conhecimento do patrimônio em todos os seus âmbitos de preservação, pois segundo o mesmo autor, o turismo cultural desde que bem planejado e apresentando políticas culturais eficientes através de sua singularidade pode estimular a preservação dos patrimônios edificados, além disso, podem “gerar rendimentos econômicos para pequenas e médias cidades se as mesmas tiverem um projeto de valorização e aproveitamento daquele potencial” (SANTOS, 2001, p. 112). Dentre os diversos tipos de turismo, existe o turismo cultural, o qual será melhor detalhado adiante.

1.6 Turismo Cultural

Para Andrade (2002, p. 71):

O turismo cultural possui conotação restritiva e abrange exclusivamente as atividades que se efetuam através de deslocamentos para a satisfação de objetivos de encontro com emoções artísticas, científicas, de formação e de informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e da criatividade humanas.

Sendo assim, esse tipo de turismo é mais praticado por técnicos, profissionais e estudantes em busca de novos conhecimentos.

Já para Freire e Pereira (2002, p. 128):

O turista cultural, entretanto, chega pedindo licença, e assim pode visitar a história não só conhecendo as evidências materiais do passado, presentes em sítios, monumentos e objetos consagrados como patrimônio, mas também escutando ou lendo relatos e lembranças dos que vivenciaram e fizeram a história do lugar.

Têm-se então, que o turismo cultural permite que o visitante interaja com a comunidade local, e com os artefatos que foram preservados e fazem parte da história.

Muitos dos bens culturais hoje preservados foram salvos da destruição muito mais por conta da atividade turística do que pelo valor que lhes era atribuído pela comunidade local (BENI, 1998).

Além disso, o mesmo autor (1998) informa ainda que algumas cidades têm como principal fonte de renda a atividade turística, consistindo na preocupação em garantir o turismo cultural através da preservação de monumentos antigos, que são muitas vezes os únicos atrativos de que dispõem as localidades para atrair os visitantes.

Essa necessidade de preservação da cultura local estimula essas regiões e até mesmo o próprio país a proteger seus usos e costumes, através de operações de salvaguarda, mediante processos legais de preservação, como é o caso do tombamento realizado pela UNESCO.

Brasília é uma cidade diferente, devido aos seus traçados urbanísticos e arquitetura moderna. Possuidora de importantes monumentos históricos e artísticos, tem um grande potencial para desenvolver o turismo cultural, cujo segmento tem sido um dos principais instrumentos para o turismo, na medida em que pode trazer

novos visitantes para a cidade. Dentre esses monumentos, destaca-se a Catedral Metropolitana de Brasília (APÊNDICE C), que é um dos principais atrativos culturais da cidade, sendo muito visitado pelos turistas.

CAPÍTULO II

2.1 Histórico de Brasília

A idéia da mudança da capital para o interior do Brasil é mais antiga do que se imagina, pois desde a época de Tiradentes já se pensava nisso. No entanto, em meados de 1813 a 1822, o jornalista Hipólito José da Costa sustentou no seu “Correio Braziliense”, tribuna criada em Londres cujo primeiro número data do mês de junho de 1808, a sugestão de transferência da capital para o interior central do país (entre os paralelos 15 e 20 graus) (VASCONCELOS, 1936).

Informa a mesma fonte (1936) que em 1823, José Bonifácio propunha a criação de uma cidade central no interior do país, localizando-se em 15 graus de latitude. E Francisco Adolfo de Varnhagen, no seu “Memorial Orgânico” e na “História Geral do Brasil” (1849 e 1857) defendeu a construção da nova capital, no planalto central, no paralelo 15.

Sendo coincidência ou não, confirmando todas essas idéias e sugestões, Dom João Bosco, nascido em 1815 e fundador da Congregação Salesiana em 1883 teve, em Turim, na Itália, um sonho profético, no qual viu e apontou o surgimento de uma nova civilização entre os paralelos 15 e 20 (ANEXO B). Tal sonho foi contado aos membros da sua congregação numa reunião em setembro de 1883. No entanto, tal relato não teve divulgação na época limitando-se aos arquivos da Congregação Salesiana, na Itália (VASCONCELOS, 1936).

Como não havia um local definido para que fosse construída a nova capital, só era sabido que seria no interior. À pedido do então presidente Floriano Peixoto, criou-se em maio de 1892 uma Comissão Exploradora chefiada pelo astrônomo Luis Cruls para que fosse demarcada uma área de 14.400 quilômetros quadrados para estabelecer-se a futura Capital Federal. Depois de muitos estudos foi escolhida a área para instalação da nova capital, e feita a inclusão do Quadrilátero Cruls no mapa do Brasil, em 1893 (VASCONCELOS, 1936).

No entanto, Vasconcelos (1936) enfatiza que a primeira atitude realmente propugnada da interiorização da capital do Brasil ocorreu por iniciativa dos inconfidentes mineiros, no final do século XVIII, por volta do ano de 1789.

O mesmo autor (1936) diz que no ano de 1895, com o presidente Prudente de Moraes no poder foi decidido o fim do ideal de interiorizar a capital, e um dos

motivos seria divergências com o Marechal Deodoro da Fonseca, porém ele alegava que a razão era que o governo não possuía verba o suficiente. Depois de Floriano Peixoto passaram oito presidentes e nenhum deu importância à interiorização da capital.

Só em 1922, num gesto simbólico comemorativo à passagem do Centenário da Independência e ao qual não compareceu, o presidente Epitácio Pessoa manda fixar a pedra fundamental da futura capital brasileira no Planalto Central, na área escolhida e demarcada trinta anos antes por Luis Cruls, em nome do Governo Floriano (VASCONCELOS, 1936). Mas toda essa iniciativa não foi o bastante, pois somente durante o governo de Juscelino Kubitschek é que a idéia de interiorizar a capital se tornou verídica.

Com o início das obras de Brasília, o senhor Israel Pinheiro, a quem estava confiada a grande tarefa, teve informações de um sonho profético de Dom Bosco, prevendo o grande desenvolvimento das áreas centrais da América do Sul e dando ênfase singular ao Brasil. Germano Roriz e Sigismundo Melo logo deram-se à pesquisa por intermédio do padre salesiano Cleto Caliman que vasculhando os arquivos encontrou o documento que relatava sobre o sonho. E por iniciativa de Sigismundo Melo, o “Sonho – Visão de Dom Bosco” foi divulgado se ocupando de toda imprensa nacional (VASCONCELOS, 1936).

O plano piloto foi elaborado por Lúcio Costa e executado por Oscar Niemeyer, e em 21 de abril de 1960 acontece a inauguração de Brasília pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek (SETUR/DF, 2006).

Para a mesma fonte (2006), Brasília é uma cidade totalmente construída com idéias modernistas, fazendo com que a cidade seja um marco mundial da arquitetura e urbanismo modernos. Para tanto, o reconhecimento de seu valor patrimonial fundamentou-se no plano urbanístico de Lúcio Costa. Para compor esse plano, Oscar Niemeyer projetou monumentos marcantes, fazendo uma integração da arte à arquitetura. Um desses monumentos seria a Catedral Metropolitana de Brasília, tendo sua cúpula inspirada na coroa da Estátua da Liberdade.

2.2 História da Catedral Metropolitana de Brasília

Tratando de monumentos arquitetônicos e artísticos, a Catedral Metropolitana de Brasília não poderia ficar de fora. Situada na Esplanada dos Ministérios, é hoje um dos pontos turísticos mais visitados da cidade.

Em 12 de setembro de 1958 foi lançada a pedra fundamental da Catedral Metropolitana de Brasília, que é uma expressão do gênio artístico do arquiteto Oscar Niemeyer. No entanto, devido à complexidade do projeto, sua construção consumiu doze anos e a inauguração ocorreu em 31 de maio de 1970 (BRC&VB, 2006).

Segundo Rocha (2006), a estrutura possui uma área circular de 70 m de diâmetro da qual se elevam 16 colunas de concreto (APÊNDICE D), que pesam 90 toneladas, sendo que na praça de acesso ao Templo, encontram-se quatro esculturas em bronze com três metros de altura, representando os evangelistas – Lucas, Mateus, Marcos e João – esculpidas pelo italiano Alfredo Ceschiatti com o auxílio de Dante Croce, em 1968 (APÊNDICE E). No interior da nave, estão as esculturas de três anjos, suspensos por cabos de aço (APÊNDICE F). As dimensões e peso das esculturas são de 2,22 m de comprimento e 100 kg a menor; 3,40 m de comprimento e 200 kg a média; e 4,25 m de comprimento e 300 kg a maior. Os anjos também são obras de Alfredo Ceschiatti, com a colaboração de Dante Croce em 1970.

Para mesma fonte (2006), o batistério em forma ovóide teve em suas paredes o painel em lajotas cerâmicas pintadas em 1977 por Athos Bulcão. Completando o conjunto arquitetônico, o Campanário (APÊNDICE G) é composto por quatro grandes sinos, doados pela Espanha. A cobertura da nave tem um vitral composto por 16 peças em fibra de vidro em tons de azul, verde, branco e marrom inseridas entre os pilares de concreto. Cada peça insere-se em triângulos com 10m de base e 30m de altura e foram pintados por Marianne Peretti em 1990 (APÊNDICE H). O acesso ao interior do templo é feito através de uma passagem subterrânea (APÊNDICE I), com paredes e pisos negros (SETUR/DF, 2006).

O Altar-mor (APÊNDICE J) foi doado pelo papa Paulo VI, que além da doação, abençoou em 21 de abril de 1968, uma cruz metálica (APÊNDICE K), localizada no topo do templo representando a cruz de Cristo, e a imagem da Padroeira Nossa Senhora Aparecida, que é uma réplica da original que se encontra em Aparecida do Norte – São Paulo. A Via-Sacra (APÊNDICE L), representando os

passos da Paixão de Cristo, é uma obra de Di Cavalcante. Na entrada da Catedral encontra-se um pilar com passagens da vida de Nossa Senhora, que também foram pintados por Athos Bulcão (ROCHA, 2006).

A Catedral está aberta todos os dias para a visitação, com exceção dos horários da Santa Missa. Os horários de Missas são: de Terça a Sexta às 12:15h e 18:15h, aos sábados às 17:00h e aos domingos 8:30 horas, 10:30 horas e 18:00 horas. Já os horários de visitas são: segunda e sábado de 8:00 às 17:00h, terça a sexta e domingo de 8:00h às 18:00h. Quanto ao funcionamento da loja de souvenir (APÊNDICE M), é de segunda a segunda de 8:00h às 16:30h, no qual são vendidos cartões-postais, terços, bíblias, imagens de santos, livros e demais artigos religiosos.

Mesmo sendo um dos monumentos mais visitados da cidade, a Catedral Metropolitana de Brasília completa 36 anos sem nenhuma preservação, pois além dos efeitos climáticos, o local é alvo de vandalismo. Para Rodrigues (2006), “a má conservação de uma das mais belas obras de Oscar Niemeyer é discutida há pelo menos 10 anos e decepcionou até mesmo a criadora dos vitrais, Marianne Peretti, que visitou Brasília em abril deste ano”.

Porém, no dia 12 de outubro de 2006 foi firmado um convênio entre a Arquidiocese de Brasília e a Petrobrás para a restauração do templo. A previsão é de que as obras iniciem em dezembro ou janeiro, porém a data depende da liberação do investimento da Petrobrás, visto que a reforma foi orçada em R\$ 8 milhões (RODRIGUES, 2006).

Para a mesma fonte (2006), a restauração deve durar de nove meses a um ano, porém nesse período a Catedral continuará recebendo visitantes e turistas, além da realização das missas.

Percebe-se então que ao visitar a Catedral Metropolitana de Brasília (APÊNDICE N), as pessoas despertam um certo interesse pelo local, fazendo com que este atrativo turístico traga algum significado pra elas.

A interpretação visa estimular as várias formas de olhar, provocar a curiosidade e apreender o que é estranho para o visitante (MURTA; ALBANO, 2005). A mesma fonte (2005) informa ainda que “como a experiência turística é fortemente visual, o olhar do visitante procura encontrar a singularidade do lugar, seus símbolos e significados mais marcantes” (MURTA; ALBANO, 2005, p. 9).

Segundo Murta e Goodey (2005, p. 13), “pode-se dizer que interpretar é um ato de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto, de uma partitura

musical, de uma obra de arte, de um ambiente ou de uma expressão cultural”. Assim percebe-se que ao visitar a Catedral, o turista desenvolve uma compreensão que o lugar pode representar.

A mesma fonte (2005) enfatiza que interpretar o patrimônio é uma forma que o turista tem de adquirir valores à sua própria experiência, através de informações e representações que destaquem as características culturais de um lugar.

A interpretação também pode contribuir na preservação do patrimônio, pois “a interpretação tem como objetivo convencer as pessoas do valor de seu patrimônio, encorajando-os a conservá-lo” (MURTA; ALBANO, 2005, p. 10) Entende-se que a partir do momento que a pessoa reconhecer o valor e até mesmo o significado do bem que possui, conscientizará e preservará com mais eficácia.

Conforme foi visto no decorrer do estudo, a Catedral Metropolitana de Brasília, idealizada por Oscar Niemeyer, é um verdadeiro símbolo nacional, pois ela emite a imagem de Brasília para outros estados e até mesmo para outros países.

A palavra valor é semelhante à interpretação, pois para o indivíduo dar valor a um determinado bem, ele precisa primeiro interpretar, para que depois dê a sua conclusão. No entanto, ao interpretar a Catedral, o visitante perceber o valor que o monumento representa pra ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo geral do trabalho era analisar o valor simbólico da Catedral Metropolitana de Brasília para o seu visitante, buscou-se verificar o significado que o patrimônio em questão tem para os turistas que visitam o local, atingindo o objetivo proposto no decorrer do trabalho.

Brasília é uma cidade que recebe muitos turistas durante o ano, e as motivações são diversas. Pessoas que possuem parentes ou amigos aproveitam para conhecer a capital e os atrativos turísticos. O turismo pode tirar proveito disso e estabelecer uma série de oportunidades que possam despertar a curiosidade desses turistas. Sendo assim, essa oportunidade poderia começar pela quantidade e importância dos monumentos existentes em Brasília, que além de patrimônios, são verdadeiros produtos turísticos.

Nota-se que, assim como outros patrimônios no mundo, a Catedral também representa a capital, sendo esse um dos motivos para que haja preservação do local.

Conforme foi visto no decorrer do trabalho, o tombamento se faz necessário para que se cumpra verdadeiramente a preservação. Além da comunidade local, o próprio visitante deve se conscientizar da importância de preservar um patrimônio, pois se isso não acontecer, em breve esse bem irá se deteriorar.

O turismo é uma atividade que vem se desenvolvendo rapidamente, e junto com ele o turismo cultural. O profissional dessa área deve ficar atento, pois em Brasília há produtos turísticos que ainda estão sendo explorados e atrativos turísticos não valorizados.

Diante do exposto sugere-se a restauração e manutenção da Catedral, e a disponibilização dos horários das missas na entrada do templo. Evidencia-se também a necessidade de inserir sinalizações no interior da Catedral informando a localização do banheiro e da loja de souvenir, além de disponibilizar um segurança ou policial 24 horas no local para evitar problemas como vandalismo, assaltos e outros. E por fim sugere-se ainda a contratação de um guia de turismo para dar maiores informações aos visitantes do local.

A Catedral Metropolitana de Brasília precisa ser cuidada e, além disso, melhor preservada, pois ela não é simplesmente um templo religioso, mas também um dos

atrativos turísticos mais visitados na cidade, além de expressar um valor para a comunidade e ser uma referência mundial.

Para o referencial teórico foram encontradas algumas dificuldades, pois em relação às referências bibliográficas, existem muitos dados sobre cultura, patrimônio e turismo, porém, o tema valor simbólico e/ou interpretação ainda apresenta uma bibliografia escassa, ou seja, há pouco material disponível. Assim, esse trabalho vem contribuir para disseminar o tema.

Por se tratar de assuntos pouco explorados, como o valor simbólico do patrimônio, o objeto em questão abre espaço para outros estudos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José Vicente de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. 8. ed. Ática, 2002.
- BARBOSA, Ycarim Melgaço. *O Despertar do turismo: um olhar crítico sobre os não-lugares*. São Paulo: Aleph, 2001.
- BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2002.
- BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.
- CAMARGO, Haroldo Leitão. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001. (Estação Liberdade)
- DURHAM, E. R. Texto II. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.) *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. In: MURTA e ALBANO, Stela Maris e Celina (Orgs.) *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG; Território Brasília, 2002.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- FREIRE e PEREIRA, Doia e Lígia leite. História oral, memória e turismo cultural. In: MURTA e ALBANO, Stela Maris e Celina (Orgs.) *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- GOMES, P. C. da C. Cultura ou Civilização: a renovação de um importante debate. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA Roberto Lobato (Orgs.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, 1975.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 11. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- LEMONS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense S.A., 1985.
- MARCONI e LAKATOS, Marina de Andrade e Eva Maria. *Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 4. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1992.
- MARTINS, Clerton. *Turismo, cultura e identidade*. São Paulo: Roca, 2003.

MURTA e ALBANO, Stela Maris e Celina. Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. *In: MURTA e ALBANO, Stela Maris e Celina (Orgs.) Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.* Belo Horizonte: UFMG; Território Brasília, 2002.

MURTA e GOODEY, Stela Maris e Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. *In: MURTA e ALBANO, Stela Maris e Celina (Orgs.) Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar.* Belo Horizonte: UFMG; Território Brasília, 2002.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização.* 2. ed. Revisada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2000.

PIRES, Mário Jorge. *Lazer e turismo cultural.* São Paulo: Manole, 2001.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. *In: FUNARI, Pedro Paulo e PINSKY, Jaime (Orgs.) Turismo e patrimônio cultural.* 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura.* 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, R. I. C. Conhecimento, conscientização e preservação de patrimônio cultural para a prática do turismo. *In: Turismo – Visão e Ação.* Ano 4, v. 8, abr./set. 2001.

SCHLÜTER, Regina G. *Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria.* Tradução: Tereza Jardim. São Paulo, Aleph, 2003. (Série Turismo)

TITIEV, Mischa. *Introdução à antropologia cultural.* 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. *Turismo básico.* 3. ed. São Paulo: Senac, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração.* 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SITES:

A instituição. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=11175&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 04 out. 2006.

Atrações: Turismo Cívico e Arquitetônico. Disponível em

<http://www.brasiliaconvention.com.br/turismo_atracoes_catedral.htm>. Acesso em: 18 set. 2006.

Bens Tombados. Disponível em

<http://www.sc.df.gov.br/paginas/depha/depha_05.htm>. Acesso em: 26 set. 2006.

BRASIL. *Decreto-lei nº 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em:

<<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em 04 out. 2006.

Brasília – Patrimônio Cultural da Humanidade. Disponível em

<<http://www.setur.df.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2006.

Cultura: a UNESCO e a cultura no Brasil. Disponível em

<http://www.unesco.org.br/areas/cultura/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 03 out. 2006.

Histórico. Disponível em

<http://www.unesco.org.br/unesco/nobrasil/copy_of_index_html/mostra_documento> Acesso em: 03 out. 2006.

Patrimônio imaterial. Disponível em

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginalphan>>. Acesso em: 04 out. 2006.

ROCHA, Adriana. Breve Histórico. Disponível em

<<http://www.catedral.org.br/Conteudo.aspx?CT=11&A=21&C=127>> Acesso em: 18 set. 2006.

RODRIGUES, Gizella. Catedral de Brasília será restaurada. Disponível em

<<http://noticias.correioweb.com.br/materias.php?id=2686020&sub=Distrito>> Acesso em: 18 out. 2006.

Samuel. Horário de funcionamento. Disponível em

<<http://www.catedral.org.br/Conteudo.aspx?CT=11&A=11&C=129>>. Acesso em: 26 set. 2006.

Turismo. Disponível em <http://www.brasiliaconvention.com.br/turismo_home.htm>. Acesso em: 18 set. 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Vista interna da Catedral Metropolitana de Brasília



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE B – Vista externa da Catedral Metropolitana de Brasília



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE C – Entrada/saída principal de visitantes



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE D – Estrutura interna com área circular e 16 colunas de concreto



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE E – Esculturas dos evangelistas na entrada da Catedral



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE F – Esculturas dos anjos no interior do templo



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE G – Campanário composto por quatro sinos



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE H – Vitrais que compõem a cobertura da nave



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE I – Passagem subterrânea para entrar no templo



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE J – Altar-mor doado pelo Papa VI



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE K – Cruz metálica localizada no topo do templo



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE L – Painel ilustrando a via-sacra no interior da Catedral



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE M – Loja de souvenir no interior da Catedral



Fonte: arquivo do autor (2006)

APÊNDICE N – Saída da Catedral



Fonte: arquivo do autor (2006)

ANEXOS

ANEXO A: DECRETO-LEI Nº 25, de 30 de novembro de 1937.

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o artigo 4 desta lei.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Art. 2º- A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Art. 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

- 1ª)** que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;
- 2ª)** que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras que façam carreira no país;
- 3ª)** que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
- 4ª)** que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
- 5ª)** que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6ª) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo Único - As obras mencionadas nas alíneas 4ª e 5ª terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

Do Tombamento

Art. 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros de Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular e, bem assim, as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Art. 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Art. 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Art. 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário

anuir, por escrito, à notificação que se lhe fizer para a inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Art. 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Art. 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1º) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

2º) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará, por simples despacho, que se proceda à inscrição da coisa no competente Livro de Tombo;

3º) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Art. 10 - O tombamento dos bens a que se refere o art. 6º desta lei será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo Único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III

Dos Efeitos do Tombamento

Art. 11 - As coisas tombadas que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo Único - Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 12 - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Art. 13 - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro no lugar para que tiverem sido deslocados.

§ 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Art. 14 - A coisa tombada não poderá sair do país, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a **juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**.

Art. 15 - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do país da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinquenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento e até que este se faça.

§ 2º - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Art. 16 - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Art. 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado.

Parágrafo Único - Tratando de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Art. 18 - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Art. 19 - O proprietário de coisa tombada que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondendo ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

§ 1º - Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

§ 2º - À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.

§ 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar as iniciativas de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Art. 20 - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 21 - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

Do Direito de Preferência

Art. 22 - Em face da alienação onerosa de bens tombados pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

§ 1º - Tal alienação não será permitida, sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º - É nula a alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o seqüestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença da adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 23 - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Art. 24 - A União manterá, para a conservação e a exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo, outrossim, providenciar no sentido de favorecer a instituição de museus estaduais e municipais com finalidades similares.

Art. 25 - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 26 - Os negociantes de antigüidades, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes, outrossim, apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 27 - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Art. 28 - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinquenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

Parágrafo Único - A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil réis por conto de réis ou fração que exceder.

Art. 29 - O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quando ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

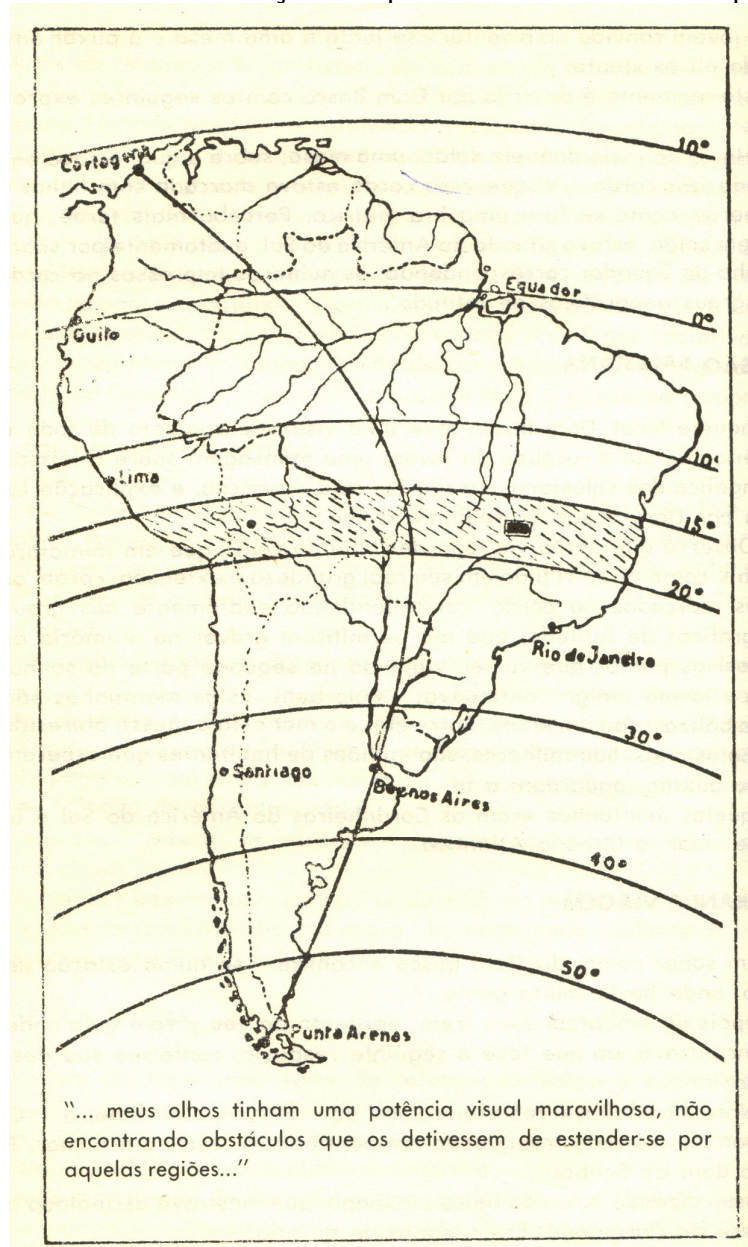
Parágrafo Único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 30 de Novembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

GETÚLIO VARGAS

GUSTAVO CAPANEMA

ANEXO B: Identificação dos paralelos 15º e 20º no mapa



Fonte: KUBITSCHKE (1975)